
Guerrilha Urbana no Brasil: a luta armada e seus desdobramentos socioespaciais

Urban Guerrilla in Brazil: armed fight and its socio-spatial unfoldments

Guerrilla Urbana en Brasil: la lucha armada y sus desdoblamiento socio-espaciales

Luciana de Mello Battini¹

 <https://orcid.org/0000-0003-0308-0811>

Maycon Moraes Souza²

 <https://orcid.org/0000-0003-0821-7987>

RESUMO: Na formação territorial do Brasil, inúmeros levantes, revoltas, revoluções e guerras aconteceram, demonstrando que o povo brasileiro lutou e ainda luta contra as injustiças provocadas por uma divisão territorial profundamente desigual perpetuada no país, herança do Brasil Colônia. Nesse trabalho buscamos evidenciar uma dessas resistências que lutaram contra a repressão e a entrega do país ao capital estrangeiro na Ditadura Militar (1964-1985). Falamos da luta armada (1964-1972), sobretudo da guerrilha urbana ocorrida nos grandes centros urbanos. Dessa maneira, objetivamos entender o que foi a guerrilha urbana, quais foram os motivos e estratégias desse movimento e quais foram os desdobramentos socioespaciais ocasionados no espaço urbano. Assim, se mostra relevante trazer uma abordagem geográfica para tal temática, uma vez que a luta armada é um movimento socioespacial que deixou marcas de luta no espaço urbano e teve esse espaço como alvo do uso das estratégias de luta.

PALAVRAS-CHAVE: Formação territorial. Espaço urbano. Ditadura Militar.

ABSTRACT: *Innumerous uprisings, revolts, revolutions and wars took place in the territorial formation of Brazil, demonstrating that Brazilian people fought and still fight against the injustices caused by a profoundly unequal territorial division, as a heritage from the colonial period. We seek to evince in this work one of such resistances which fought against the repression and submission of the country to foreign capital during the Military Dictatorship (1964-1985). We refer to the armed fight (1964-1972), foremost the urban guerrilla which took place in major urban centers. Therefore, our purpose is to understand what the urban guerrilla was, the reasons and strategies of this movement, and which were the socio-spatial unfoldment generated on urban space. We adopt a geographic approach, since the armed fight is a socio-spatial movement that left marks of struggle on urban space and considered the same space for the fight strategies use.*

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC. E-mail: lucibattini@gmail.com.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL. E-mail: maycon.moraes@live.com.

KEYWORDS: *Territorial formation. Urban space. Military dictatorship.*

RESUMEN: *En la formación territorial de Brasil han sucedido innumerables revueltas, revoluciones y guerras, demostrando que el pueblo brasileño luchó y sigue luchando contra las injusticias provocadas por una división territorial profundamente desigual perpetuada en el país, como herencia del período colonial. En este trabajo buscamos resaltar una de estas resistencias que luchó contra la represión y la sumisión del país al capital extranjero en la Dictadura Militar (1964-1985). Hablamos de la lucha armada (1964-1972), sobre todo de la guerrilla urbana ocurrida en los grandes núcleos urbanos. De esta forma, nuestro objetivo es entender lo que fue la guerrilla urbana, cuáles fueron los motivos y las estrategias de este movimiento y cuáles fueron los desdoblamientos socio-espaciales producidos en el espacio urbano. Buscamos en este trabajo traer un enfoque geográfico, una vez que la lucha armada es un movimiento socio-espacial que dejó marcas de lucha en el espacio urbano y consideró este espacio para el uso de las estrategias de lucha.*

PALABRAS-CLAVE: *Formación territorial. Espacio urbano. Dictadura militar.*

INTRODUÇÃO

Ao estudarmos a História e a Geografia do Brasil nos deparamos com uma realidade que submete o país na divisão em grandes capitâncias hereditárias, com grandes donatários possuidores de terras advindas das heranças coloniais que se perpetuam até os dias atuais. Estas estruturas são reproduzidas e mantidas numa divisão territorial profundamente desigual que reverberam em diversos aspectos (político, econômico e territorial) pelos agentes dominantes, elite agrária e oligárquica deste país, como o centro do poder nacional, tanto nos períodos imperiais quanto o da república.

As elites, detentoras de muito poder, conseguem na maioria das vezes encobrir a veracidade das histórias de povos aqui mortos, massacrados, que viveram reais mazelas até a sua morte. É neste país que faz do museu, dos livros de história e na dramaturgia, uma clara história voltada aos detentores do poder, neste país que vende as riquezas naturais a preço de “banana” e se rende aos interesses do capital estrangeiro desde os primórdios da invasão europeia.

Analisando a conjuntura mais recente vemos a história da dominação se repetindo como um ciclo vicioso na qual golpes de Estado e golpes militares se instalam como mantenedores da exploração capitalista e da entrega das riquezas brasileiras para o capital estrangeiro. Nesse processo, o Brasil reforça seu papel de país dependente na divisão territorial do trabalho, sujeito a intervenções dos países dominantes, muitas vezes apelando para as forças militares do Estado brasileiro. Dessa maneira, a população se vê massacrada de todas as maneiras possíveis. Nosso recorte temporal da história da dominação no Brasil está localizado entre os anos de 1964 e 1972, e nesse recorte estudamos um tipo de resistência contra esse massacre vivido na Ditadura Militar (1964-1985). A resistência citada

foi a luta armada vivida nos grandes centros urbanos do Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro, com alguns casos isolados em Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife.

É importante destacarmos a necessidade de a ciência geográfica evidenciar as lutas engendradas no âmago da insatisfação da população subalterna, os grupos sociais afetados diretamente com a perda de direitos, massacrados, invisibilizados e assassinados na luta contra as elites políticas, fazendo com que a Geografia não reproduza a ideologia dominante de esconder a história do verdadeiro povo brasileiro, todo o seu passado de luta e resistência, que produziram diversas representações no território constituído atualmente, e que nas últimas décadas, se comparado a séculos passados, andam notoriamente adormecidos.

A luta armada no Brasil, ocorrida entre os anos 1964-1972, foi resultado de mais um, dentre vários, levantes populares contra a situação estabelecida pelos representantes burgueses do Estado brasileiro. Uma guerrilha armada iniciada por uma esquerda dividida num contexto pós-golpe militar de 1964, entre o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que liderava o movimento da luta armada da época até então e as novas organizações partidárias que, baseadas na Revolução Cubana que acabara de ocorrer, divergiram ideologicamente com o PCB, rompendo com esse partido e criando, a partir de então, novas organizações revolucionárias como grupos ligados ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e ao ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária). No entanto, é com a constante fragmentação desta esquerda revolucionária que diversos outros grupos surgiram nos anos que sucederam o golpe, como a ALN (Ação Libertadora Nacional), o COLINA (Comandos de Libertação Nacional), a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) e a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária).

O objetivo deste trabalho, portanto, é trazer uma análise da luta armada (1964-1972) evidenciando, sobretudo a guerrilha urbana ocorrida nos grandes centros urbanos brasileiros onde se concentrava e ainda se concentra o *lócus* de produção e reprodução do modo de produção capitalista. Dessa maneira, buscamos entender o que foi a guerrilha urbana, quais foram os motivos e estratégias desse movimento e quais foram os desdobramentos socioespaciais ocasionados no espaço urbano. Procuramos neste trabalho trazer uma abordagem geográfica, uma vez que a luta armada é um movimento socio espacial que deixou marcas de luta no espaço urbano e teve esse espaço como alvo do uso das estratégias de luta.

MATERIAIS E MÉTODOS

A escolha do tema pesquisado partiu de indagações acerca das geografias negligenciadas no Brasil, pensando nos inúmeros levantes, revoltas, revoluções e guerras que ocorreram na formação territorial do Brasil que acabamos por esquecer e negligenciar.

Partimos, neste trabalho, de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, procurando elementos que expliquem a guerrilha urbana no Brasil como um movimento socioespacial e que expliquem os arranjos espaciais ocasionados no espaço urbano das grandes cidades onde as ações aconteciam. Importante enfatizar que no utilizamos de uma abordagem geográfica sob a perspectiva dialética, qualitativa, utilizando os conceitos de maneira que expliquem o espaço geográfico com o recorte para o espaço urbano nunca descaracterizando os processos históricos.

Para isso, utilizamos Fernandes (2005) e Silva (2012), que discorreram sobre os movimentos socioespaciais e o território dos movimentos sociais. A respeito do entendimento de espaço urbano, utilizamos Carlos (2007), Correa (1989) e Harvey (2014).

Para obter os resultados, utilizamos os escritos de Marighella (2003), militante da ALN que escreve um manual para o guerrilheiro urbano e suas estratégias de atuação. Também utilizamos como base o livro “O Fantasma da Revolução Brasileira” escrito por Ridenti (2010) que vem nos esclarecer sobre a conjuntura política da época, as principais organizações armadas, os princípios da guerrilha urbana, onde atuaram e quais os desdobramentos dessa luta, nos fazendo refletir sobre os erros e acertos desse movimento, as possibilidades vividas pelos guerrilheiros e perspectivas desse movimento para o futuro.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA: A GUERRILHA E O ESPAÇO URBANO

Ressaltamos que a relação espaço/poder é relação social por excelência, processo real que se expressa empiricamente sob várias formas e tipos e que tem um significado e uma relevância inquestionáveis para a sociedade, fato esse que não pode ser ignorado pela ciência social e pela Geografia em particular (COSTA, 1992). Para entendermos essa relação entre espaço e poder, utilizamos a categoria território, que nos esclarece sobre as concretizações das modificações sofridas no espaço geográfico.

Um dos principais teóricos que discutem esta categoria, Raffestin (1993, p. 2) escreve que o espaço existe como uma matéria-prima e é sobre ele que a sociedade existe, sociedade esta que ocupa este espaço, fazendo dele um território. Deste modo, o território, segundo o autor “[...] se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”, espaço este permeado por intrínsecas relações sociais de poder. Ou seja, o

território é uma construção social sobre o espaço, que materializam conflitos relacionados a distintos interesses, e ele é criado pelos próprios indivíduos nas relações cotidianas. Haesbaert (2007, p. 20-21), outro teórico importante, faz a seguinte definição: “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”.

Desta forma, o território recebe as marcas das lutas de seu povo, dos distintos modos de vida materializados pelo trabalho e por qualquer outra forma de produção humana sobre o espaço geográfico, a base espacial onde se estabelece a vida humana. Não se refere apenas aos conflitos resultantes de guerras, mas à própria vivência dos seres antrópicos no meio.

Pode-se falar, ainda, em três formas de território, isto é, no sentido político-jurídico; econômico e culturalista, sendo que as duas primeiras concepções se revelam através de processos de dominação, enquanto a concepção culturalista se revela através da apropriação (FUINI, 2017). Ou seja, o conceito de território vincula-se à categoria poder, porém não somente no sentido concreto, como dominação, na forma de poder político-jurídico ou político-econômico, mas também no sentido simbólico, como apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência (HAESBAERT, 2004). O referido grupo abordado nesse trabalho são os atores que se organizam contra a Ditadura Militar pela luta armada. Esses atores partem da sociedade civil, mas principalmente de partidos políticos da extrema esquerda do Brasil na época, com destaque para PCB, grupos ligados ao PCdoB e ao ORM-POLOP. Portanto, foi com a constante dissolução da esquerda revolucionária que diversos outros grupos da esquerda armada surgiram nos anos que sucederam o golpe, como a ALN (Ação Libertadora Nacional), o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), o COLINA (Comandos de Libertação Nacional), a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), e a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária).

Sobre isso, para efeito da discussão aqui realizada e tomando por base as leituras que têm sido produzidas sobre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, partimos do princípio de que as relações sociais são projetadas no espaço geográfico e são um dos aspectos fundamentais para analisar os coletivos que visam a alteração do status quo. De acordo com Silva (2012, p. 88), a Geografia possui como particularidade o olhar para os movimentos sociais ao fazer análises críticas sobre o espaço e território:

Pois é pensando no espaço que o próprio movimento constrói suas estratégias iniciais, através da própria escolha do lugar que será ocupado. É apenas a partir da espacialização do movimento que a luta continua, pois a conquista de um espaço e a formação de um território são condições

essenciais à continuação do movimento e à busca de conquista para o espaço/território.

Nesse sentido, a autora reforça a compreensão de que a conquista de espaço e/ou território é uma das bases de ação de todos os movimentos sociais. Por mais que análises desenvolvidas em outras ciências que não a Geografia nem sempre enfatizem essa realidade, ela não pode ser negada. Dessa maneira, se torna fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos e a abordagem geográfica deve entender os movimentos em sua multidimensionalidade produzidos no bojo das relações sociais, sendo inerente à luta de classes.

Conforme Fernandes (2000), os movimentos podem ser socioterritoriais ou socioespaciais. Os primeiros têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência, pois é nele que ocorre a reprodução de suas vidas. Podem ser dados os exemplos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra(MST), que atua por meio das ocupações de terra; o movimento indígena; e o movimento de pescadores; entre outros. Já os movimentos socioespaciais constroem e ocupam espaços políticos tais como as organizações não governamentais, os sindicatos, os imigrantes, os negros e outros. Para Fernandes (2005), é evidenciado que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são abordados não apenas com base na materialidade de suas ações, mas também reconhecendo a imaterialidade que é inerente a elas, partindo do pressuposto que não busca apenas espaços concretos, disputam interpretações, teorias, políticas e leis, entre outros.

Partimos da interpretação que a guerrilha urbana no Brasil se enquadra na categoria de movimentos socioespaciais, pois atuou no espaço urbano agindo nos sindicatos, universidades, partidos políticos e organizações autônomas e o mais importante: em diferentes lugares do território brasileiro. Os movimentos socioespaciais atuam em diferentes escalas, indo da local ao global. Os movimentos socioespaciais e os socioterritoriais enfrentam contra-espacos, com exemplos das medidas políticas do Estado constituídas como barreiras espaciais para impedir a espacialização e territorialização dos movimentos (FERNANDES, 2005).

Dito de tal modo, o estudo dos movimentos socioespaciais por meio da Geografia Crítica deve levar em consideração que o espaço geográfico é caracterizado por um conjunto de conflitos. Fernandes (2005, p. 32) ainda destaca que “[...] os movimentos socioespaciais não existem a partir de um território, são sujeitos reivindicando espaços, são entidades de apoio ou contrárias aos movimentos socioterritoriais, são agências intermediárias que produzem espaços políticos”. Portanto, as imaterialidades representadas pelas intencionalidades defendidas pelo movimento da luta armada não se materializam

como território próprio, mas como território dos movimentos socioterritoriais que elas defendem. Como já citado anteriormente, a luta armada lutou contra a Ditadura Militar e contra todas as injustiças e as desigualdades que ela perpetuava, atacando a territorialização desigual por ela ocasionada. Tendo isso em vista, sabemos que a luta armada como um movimento socioespacial defendia as intencionalidades de movimentos socioterritoriais que buscavam e buscam a justiça social no Brasil, lutando diretamente contra o golpe instaurado.

Para entendermos a atuação da guerrilha no espaço urbano também é necessário entendermos a constituição do espaço urbano. Para Corrêa (1989, p. 7), o espaço de uma grande cidade capitalista é caracterizado da seguinte maneira:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se em primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Desse modo, a cidade se organiza de acordo com a produção capitalista e a função que tal sistema impõe influenciando no uso da terra. Na produção espacial das cidades diversos agentes sociais participam deste processo, unindo e segregando grupos distintos ao mesmo tempo, mas em diferentes escalas. Sobre os interesses privados no espaço urbano, Carlos (2007, p. 87), destaca que os setores econômicos da sociedade enxergam o espaço na condição de reprodução do lucro:

Mas também há interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade, que veem no espaço a condição de realização da reprodução econômica, pois os lugares da cidade aparecem como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro. Mas cada fração de capital atua segundo sua lógica (ora se contrapondo, ora se articulando para realizar, prontamente, seu fim que é a reprodução constante).

Dessa maneira, os lugares com infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade do modo de produção capitalista precisam se adequar cada vez mais para a otimização dessas atividades, fazendo com que o espaço urbano seja retalhado, complexo, composto por diversas variáveis, realizando as modificações e transformações necessárias na espacialidade. É nesse contexto que age a guerrilha urbana, consciente que a cidade, como disse Lefebvre (2001) se transforma em um meio de regulamentação e produção de mercadoria perdendo seu valor de uso. Dessa maneira, a cidade se torna um instrumento de

acumulação de capital. Harvey (2014 p. 209) coloca em discussão a urbanização e a capacidade de organização política dos movimentos sociais no espaço urbano:

Se a urbanização é tão crucial para a história da acumulação do capital, e se as forças do capital e seus inumeráveis aliados devem mobilizar-se sem descanso para revolucionar periodicamente a vida urbana, então uma luta de classes de algum tipo, não importa se explicitamente reconhecida como tal, está inevitavelmente envolvida.

A discussão de Harvey levanta um ponto negligenciado pelos teóricos das ciências sociais. Ele coloca o espaço urbano como impulsionador da luta de classes e de possíveis embates de movimentos sociais emergentes, uma vez que ele é constituído para extrair lucro e mostra, de maneira escancarada, as desigualdades socioespaciais. Além disso, as redes criadas a partir das cidades são de grande importância para espalhar de maneira contagiosa as ondas de revolta e protestos que podem surgir nas cidades.

O autor traz alguns exemplos que ilustram de maneira concreta como o espaço urbano tem a capacidade de expressar correntes profundas de luta política, fato que demonstra uma tendência para os próximos tempos, uma vez que boa parte da população mundial se concentra nas cidades.

A história das lutas de classe de base urbana é extraordinária. Os sucessivos movimentos revolucionários em Paris de 1789 a 1830 e de 1848 até a Comuna de 1871 constituem o mais óbvio exemplo no século 21. Os acontecimentos posteriores incluem o Soviete de Petrogrado, as Comunas de Xangai de 1927 e 1967, a Greve Geral de Seattle em 1919, o papel de Barcelona na Guerra Civil Espanhola, o levante de Córdoba em 1969 e as insurreições urbanas mais gerais nos Estados Unidos, na década de 1960, os movimentos de base urbana de 1969 (Paris, Chicago, Cidade do México, Bangcoc e outras, inclusive a chamada "Primavera de Praga" e a ascensão das associações de vizinhos em Madri que estiveram na linha de frente do movimento antifranquista na Espanha mais ou menos na mesma época) (HARVEY, 2014, p. 209).

O espaço urbano da maneira como foi constituído na sociedade moderna tem o potencial de unir movimentos com um mesmo ideal, em busca de transformações políticas e sociais. Contudo, também fica claro que certas características ambientais urbanas são mais propícias à eclosão de protestos insurgentes. A organização territorial das cidades são armas nas lutas políticas (HARVEY, 2014).

A CONJUNTURA HISTÓRICO/POLÍTICA E O SURGIMENTO DOS GRUPOS DE GUERRILHA URBANA

Em um período histórico envolto por grandes conflitos no campo político e ideológico em todo o mundo, na qual corridas tecnológicas estavam no seu auge (armamentista e espacial), uma nítida bipolarização se configurava entre modelos de sociedade e modos de produção. A dicotomia entre socialistas (liderada pela URSS) *versus* capitalistas (liderados pelos Estados Unidos) era o principal embate entre as superpotências mundiais da época conhecida como Guerra Fria, compreendida entre os períodos pós Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1990.

O Brasil, na década de 1960, já havia estabelecido diversas alianças com o capital internacional, principalmente na abertura de investimentos voltados à industrialização de empresas estrangeiras no país. Deste modo, os governos vigentes desta década, iniciada com Jânio Quadros em 1960, e sucedida por João Goulart (Jango), tiveram governos bastante tumultuados. As Forças Armadas, durante o governo Jango, sempre desempenharam um papel de oposição que, aliado à parte da grande imprensa, classe média, latifundiários e Igreja, elevaram o temor do comunismo no Brasil, aliando a imagem de Jango como um indivíduo esquerdista (CASTRO, 2017).

A aproximação, forjada por setores conservadores e dos Estados Unidos, do caso brasileiro com a Revolução Cubana, foi o combustível para uma divisão social no país, e antes mesmo da efetivação das “reformas de base” prometida por Jango, e que atingiria os privilégios destas elites dominantes, acabou servindo de motim para a eclosão de uma verdadeira efervescência no cenário dos grandes centros urbanos do Brasil. Logo no início de 1964, devido a pressões internas e externas, o golpe militar de Estado estava consumado, após Jango abandonar o combate para buscar exílio no Uruguai (FERREIRA, 2017)

Foi neste mesmo período que o PCB, como representante da esquerda brasileira, estava vivendo o seu auge no que diz respeito ao apoio da população, pelas intensas reivindicações voltadas às causas trabalhistas e políticas da época. Devido ao surgimento de uma fortalecida China Comunista e a recém Revolução Cubana como fatos novos no plano socialista mundial no início dos anos 1960, os movimentos populares compostos por trabalhadores e estudantes, aliados ao PCB, levaram para uma intensa reflexão sobre os caminhos que o país estava tomando, mesmo com Jânio Quadros e, posteriormente, Jango, alinhado à centro-esquerda no poder nacional (ABREU, 2009).

Seguindo à risca o processo de revolução marxista para as sociedades, de acordo com Ridenti (2010), o PCB defendia uma revolução primeiramente burguesa, pautada em maior pacificidade e no apoio das massas para a saída do modo de vida feudal que

entendiam ainda viver o Brasil. Em seguida, continuamente com o apoio dos trabalhadores, uma segunda revolução deveria ser realizada, de modo que se instaurasse o socialismo pelas mãos dos, até então, assalariados. Este pacifismo pecebista, frente a um período bastante conflituoso na política permeada por inúmeros interesses de atores internos e externos, motivou um intenso movimento centrífugo de militantes esquerdistas, de modo a buscar um novo embate frente às forças políticas, principalmente militares que, em um período recente, tomaram o poder num verdadeiro golpe cívico-militar impulsionado por setores influentes da sociedade.

Pensando em uma ação mais efetiva frente a esta situação conflituosa pelo poder brasileiro, diversos movimentos foram responsáveis pela dissolução do PCB. Três correntes alternativas ao inerte PCB surgiram no início da década de 1960, sendo elas a AP (Ação Popular), surgida em 1962, aliada a estudantes católicos, numa proposta neutra e não armada. A POLOP, ou ORM-POLOP, surgiu em 1961, e questionava o pacifismo pecebista. Era composto por universitários. O PCdoB se formou em 1962, como uma pequena dissidência do PCB e, no entanto, buscava agir de acordo com o stalinismo pela luta revolucionária. Devido ao pequeno número de adeptos, não obteve êxito em seus primeiros anos, configuração que mudaria no início dos anos 1970, com a guerrilha do Araguaia, no cenário rural. Outro grupo revolucionário que se formou para a guerrilha no campo foi o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), em 1962, na busca de ser um movimento embrionário de guerrilha rural (RIDENTI, 2010).

Devido à consumação do golpe em 1964, pela desunião e pacificidade das esquerdas, uma nova debandada de integrantes do PCB acontece, no entanto de maneira mais relevante. É com a saída do autocrítico Carlos Marighella (1911 – 1969), que foi um dos principais nomes no que tange a esta inquietude social, que teve o surgimento da ALN, locada principalmente em SP, e pelo dirigente Mario Alves, do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), situado na Guanabara (RJ), responsáveis pela criação dos maiores movimentos de esquerda revolucionária de abrangência em território nacional. Aliados à Cuba pós revolução cubana, defendiam a luta revolucionária armada, pulando a etapa da “revolução burguesa” ou “libertação nacional”, pois acreditava-se que seria mais um obstáculo a ser superado, e uma vez que a burguesia ascendesse ao poder não cederia este lugar para as camadas operárias adeptas da revolução socialista. Manteve treinamentos e relações de solidariedade com o governo cubano e era organizado hierarquicamente em grupos (estratégicos, táticos armados e de ação), assim como comandos regionais e nacionais sediados no sul, nordeste e, principalmente, em SP e no RJ. Com Marighella e Alves no comando destas organizações, entendiam como caminho para a revolução grupos armados agindo, para que depois surgisse certa liderança nacional

revolucionária a que já se propunha a ALN. Partindo do princípio “a ação faz a vanguarda”, o grupo foi um dos mais promissores na luta armada que viria a seguir, e disputava a vanguarda revolucionária com os outros movimentos revolucionários da época.

Outros movimentos de esquerda, pós-golpe de 1964 surgiram, além dos já ditos, como a FLN (Frente de Libertação Nacional) e o MNR, este último veio a se fundir com uma dissidência paulista da POLOP em 1968, para fundar a VPR. A outra parte dos integrantes da POLOP formou no ano de 1967, em Minas Gerais, a COLINA (Comandos de Libertação Nacional), que logo em seguida iria se fundir com a recém-criada VPR, para criar a VAR-Palmares. Não muito depois a VPR voltaria pela dissolução da VAR-Palmares, e o restante dos integrantes da POLOP se uniu no RS com uma das dissidências do PCB e formou o POC (Partido Operário Comunista) (RIDENTI, 2010).

Quatro anos seguintes ao golpe, em 1968, foi instituído o AI-5 (Ato Institucional nº5), que representou, segundo D’Araújo (2017), o período mais repressor da ditadura militar. Vigente até 1978, além da censura e opressão, buscou desmantelar e levar à clandestinidade diversas organizações de trabalhadores e de estudantes da época, como modo de manutenção do poder. Ainda como consequência, neste período, segundo Ridenti (2010), instaurou-se a modernização conservadora, concentrando riquezas e sendo o trabalho totalmente submisso ao capital. Como ideia geral dos movimentos oposicionistas da época, era consenso que o desenvolvimento pleno do país emperrava devido às amarras que a burguesia nacional mantinha com os latifundiários e também com as multinacionais, excluindo a participação da grande massa de trabalhadores nos rumos da economia nacional. Desta forma, apenas uma revolução socialista faria com que o desenvolvimento do país fosse retomado.

O grande objetivo destes grupos revolucionários, principalmente a ALN e o PCBR, segundo Ridenti (2010, p. 33), “[...] é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um Governo Popular Revolucionário [...]”, de modo que através de uma luta revolucionária, definitivamente armada, segundo tais movimentos, é que poderia o país ser solto de tais “amarras” do imperialismo e capitalismo prejudicial à população.

Tido como cenário ideal para a revolução socialista, as organizações sociais da época entendiam ser necessário iniciar todo e qualquer processo de mudança pelo campo, através da guerrilha rural, por entenderem que o campo era o elo mais fraco do capitalismo por ter menor presença político-militar das classes dominantes nestas áreas se comparadas ao urbano. O camponês deveria ter como aliado o trabalhador citadino e caminharem juntos para a revolução. Contudo, a luta armada, por estar composta por grande parte de pessoas residentes nas cidades, demorou a ser deflagrada, e se deu apenas nos espaços urbanos, e

de modo propagandístico e pontual na maioria das vezes, configurando-se como uma guerrilha urbana.

A composição de tais grupos era bastante característica, composto por indivíduos intelectualizados, que compunham 57,8% do total. Alguns exemplos são o do COLINA, com grande parte de seus adeptos de BH sendo universitários (51%) e profissionais diplomados (15,7%). Panorama que não se alterava com o PCBR no RJ. A ALN, impulsionados pelo conhecido Marighella, detinha cerca de 55% de seus adeptos como estudantes e trabalhadores intelectuais, assim como na VAR-Palmares com 56% de seus integrantes denominados de intelectuais (RIDENTI, 2010).

A GUERRILHA E SUAS ESTRATÉGIAS NO ESPAÇO URBANO

Tendo em vista que classificamos o espaço urbano como o *lócus* da produção do capital, um espaço complexo e fragmentado para atender às demandas do mercado capitalista, vemos que se encontra nesse espaço as instituições mantenedoras desse modo de produção como, por exemplo, os bancos, as empresas, o comércio e todo o aparato de circulação de dinheiro. Ao mesmo tempo, a mão de obra também está no espaço urbano, como os trabalhadores, os sindicatos e o povo amontoado nas favelas, nos barracos precários. É nesse cenário que, para Marighella (2003, p. 4), deve agir o guerrilheiro urbano:

O guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras.

Marighella defendeu em suas escrituras a aproximação do guerrilheiro com o povo, aproximação com as massas, para que na luta armada aderissem mais adeptos da classe trabalhadora. Para ele, o guerrilheiro urbano deve ter conhecimento e dominar a compra, a produção e o transporte de armas e munições das áreas rurais, ao aparelho de segurança dos revolucionários, ao mantimento diário dos soldados. Também deve se preparar fisicamente para viver situações extremas como ferimentos, torturas e fome. Tudo isso, para Marighella, era necessário, pois entendia que os guerrilheiros estavam em uma guerra revolucionária completa e que a guerra somente pode ser livrada por meios violentos. Esses meios violentos são necessários, pautados nos pressupostos da revolução uma vez que, apenas por meio dessa radicalização, as estruturas sociais de repressão podiam se reverter. Com relação às ações contra as estruturas capitalistas no espaço urbano, Marighella (2003, p. 8) destaca:

E mediante a expropriação da riqueza dos principais inimigos do povo, a revolução brasileira foi capaz de golpeá-los em seus centros vitais, com ataques preferenciais e sistemáticos na rede bancária, isto é, os golpes mais contundentes foram contra o sistema nervoso capitalista. Os roubos a bancos realizados pelos guerrilheiros urbanos brasileiros machucaram os grandes capitalistas tais como Moreira Salles e outros, as empresas estrangeiras que asseguram e reasseguram o capital bancário, as companhias imperialistas e os governos estatais e federais, todos eles sistematicamente expropriados desde agora.

Esse trecho nos revela o objetivo da guerrilha ao defender a expropriação da riqueza dos principais inimigos do povo, que são os banqueiros e os grandes empresários, agentes da exploração capitalista. Além da proximidade com as estruturas do capital, o espaço urbano também deve ser muito bem analisado pelo guerrilheiro urbano como estratégia de ação:

O guerrilheiro urbano familiarizado com o terreno difícil e irregular, avenidas, ruas, estradas, entradas e saídas, esquinas dos centros urbanos, suas passagens e atalhos, os lotes vazios, suas passagens subterrâneas, seus tubos e sistemas de esgoto pode cruzar com segurança pelo terreno não familiar para a polícia, onde podem ser surpreendidos em uma emboscada fatal em qualquer momento (MARIGHELLA, 2003, p. 21)

Isso demonstra que o guerrilheiro urbano deve dominar as características do espaço urbano e todos os empecilhos que possam surgir numa possível fuga, para que tenha sucesso e consiga se abrigar em um lugar seguro. Deve ter conhecimentos de informação topográfica, poder localizar a posição através de instrumentos ou outros recursos disponíveis, calcular distâncias, fazer mapas e planos, desenhar escalas e calcular tempos. Além disso, com relação aos lugares para a prática das ações, é importante lançar as operações longe das bases logísticas da polícia. Uma vantagem inicial deste método de operação é que coloca o guerrilheiro a uma distância razoável da possibilidade de perseguição, o que facilita a evasão.

Marighella (2003) descreve detalhadamente os modelos de ação que os guerrilheiros urbanos podem utilizar, são eles: a. assaltos b. invasões c. ocupações d. emboscadas e. táticas de rua f. greves e interrupções de trabalho g. deserções, desvios, tomas, expropriações de armas, munições e explosivos h. libertação de prisioneiros i. execuções j. sequestros l. sabotagem m. terrorismo n. propaganda armada o. guerra de nervos. Todos esses modelos de ação são muito bem descritos para que o guerrilheiro preparado e conhecedor do espaço os possa executar.

Como eixo principal da luta armada no Brasil entre os anos de 1964 e 1972, que caracteriza a guerrilha urbana, é o direcionamento que Marighella toma ao descrever a atuação desse movimento socioespacial e para onde deve se direcionar a luta:

[...] ameaçar o triângulo no qual os sistemas de dominação do estado brasileiro e norte-americano são mantidos no Brasil, um triângulo cujos pontos são Rio, São Paulo, e Belo Horizonte e cuja base é o eixo Rio-São Paulo, onde o gigante complexo industrial, econômico, político, cultural, militar, policial que sustenta o poder decisivo do país está localizado (MARIGHELLA, 2003, p. 27)

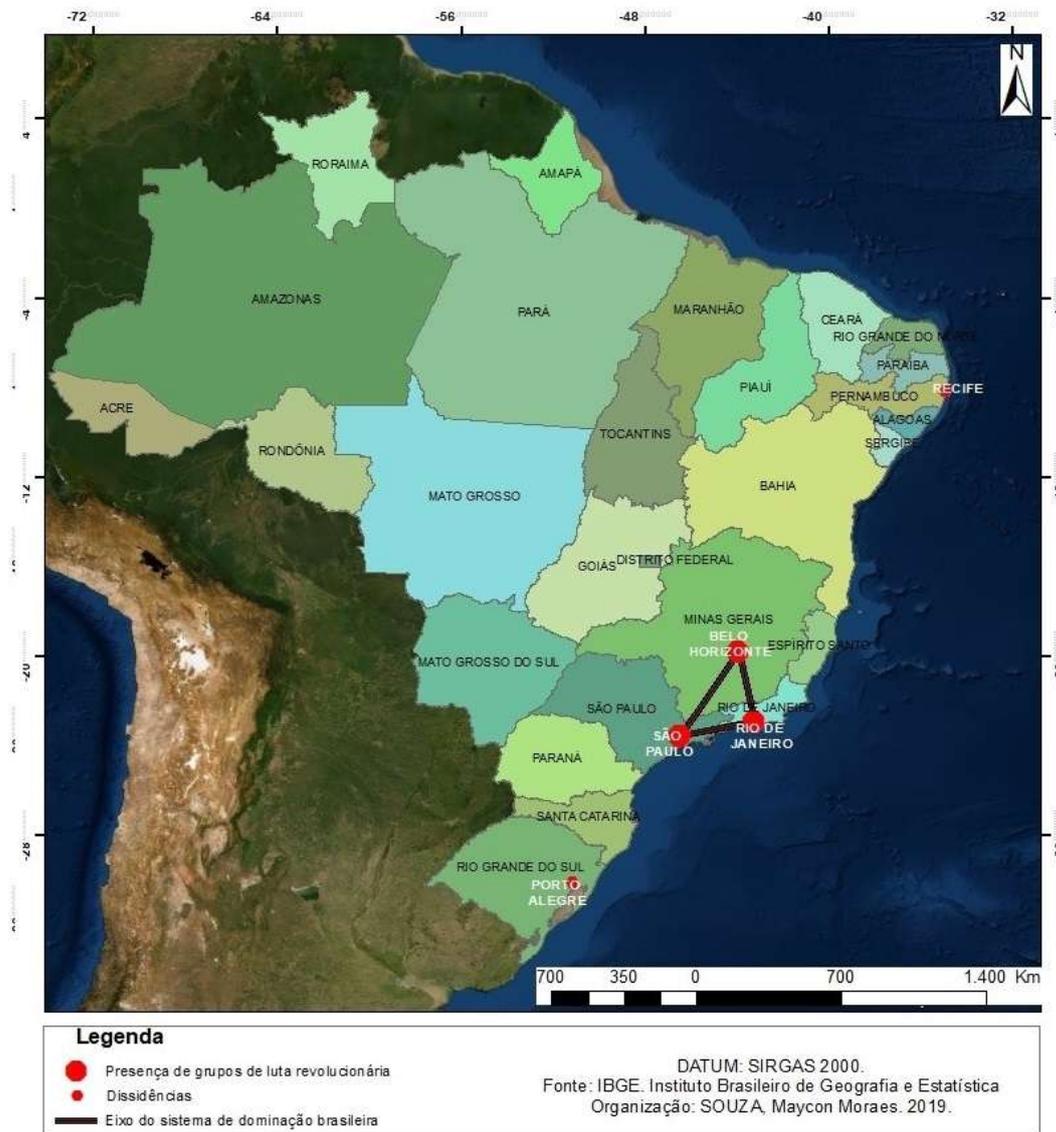
A partir desse trecho inferimos que o foco da guerrilha urbana é o espaço urbano dos grandes centros urbanos, como citados por Marighella, o triângulo cujos pontos são Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, onde se encontrava os sistemas de dominação do Estado brasileiro e norte americano. Como já escrito anteriormente, os guerrilheiros urbanos entendiam o espaço urbano como concentrador das estruturas “carro chefe” que dava o suporte para a reprodução do capital.

Na figura 1 vemos o mapa do triângulo no qual os sistemas de dominação do Estado brasileiro e estadunidense eram mantidos no Brasil, de acordo com a interpretação dos guerrilheiros urbanos na época da luta armada.

Para Ferreira (2008) Marighella acreditava que, com o golpe de 1964, não haveriam outras possibilidades dentro do modelo de democracia burguesa e, a partir de então, a revolução era palavra de ordem. Fazia-se necessário organizar ações com estratégia apoiada na necessidade da luta armada. Para isso, era necessário organizar os trabalhadores do meio urbano em consonância com os do meio rural, inspirado nas táticas de guerrilha utilizadas por Che Guevara e da Revolução Cubana para a transformação do Brasil em direção ao comunismo. O mais importante nesse contexto para Marighella era a ação. Em seu trabalho vai dizer que a guerra revolucionária aconteceria por meios urbanos, rurais e psicológicos. Também agrega que a guerrilha urbana, assim como a guerra psicológica na cidade, depende da guerrilha no campo.

Segundo Valente e Silva (2017, p. 74) “[...] a insistência na proposta da guerrilha urbana por Marighella foi principalmente pela dificuldade de politização das populações rurais, sendo o cenário urbano o mais propício para a emergência de grupos que possuíam a aspiração de se organizar contra o governo”. A guerrilha seguia o modelo das guerrilhas selvagens, contudo com forças investidas nas grandes cidades. O autor não nega a guerrilha rural, mas reconhece a necessidade e a possibilidade do sucesso da guerrilha urbana nos termos brasileiros vigentes, defendendo sempre também a necessidade de uma guerrilha rural, ambas dependentes uma da outra.

Figura 1: Presença de grupos de lutas revolucionárias e dissidências no território nacional durante a luta armada (1964-1972)



Elaboração: Souza (2019).

Para Ridenti (2010) grande parte dos guerrilheiros urbanos tinha a concepção que não via a ação armada na cidade simplesmente como uma vantagem logística para conseguir fundos para a guerrilha rural. Em entrevista, o guerrilheiro Cid Benjamin, militante da DI-GB, citado no livro “O Fantasma da Revolução” confirma: “A gente via na cidade a importância dos movimentos de massas e até um apoio paramilitar a eles, além da execução de propagandas armadas, como, por exemplo, aplicar um corretivo num capataz especialmente odiado numa fábrica” (RIDENTI, 2010, p. 41). Mais uma vez observamos que os guerrilheiros urbanos procuravam se aproximar da população, dos movimentos de massa contidos na cidade. Esses movimentos de massa eram os movimentos que se levantavam contra as desigualdades sobrepostas no espaço urbano, dialogando sempre com a classe

trabalhadora e os operários através dos sindicatos. O guerrilheiro Renato Tapajós da ALA pontua no livro, em entrevista:

Acreditávamos que pelas ações armadas nas cidades conseguiríamos levar a notícia da revolução ao proletariado e a outras camadas urbanas, por exemplo, colocando no ar manifestos revolucionários através da tomada de rádios, fazendo panfletagem nas portas de fábricas por intermédio de grupos armados; isso por necessidade de autodefesa e, também, para mostrar aos operários que havia gente empunhando armas (RIDENTI, 2010, p. 41).

No entanto, ter a intenção de se aproximar dos movimentos de massa não significa que esse objetivo foi concretizado. Para Ridenti (2010), a guerrilha urbana obtém muito sucesso inicialmente e é eficaz taticamente, porque um grupo muito pequeno pode obter sucesso na guerrilha e passar para o centro da conjuntura nacional, abalando as estruturas do inimigo. No entanto, ela é ineficaz estrategicamente, pois, segundo o autor, dá uma ilusão de poder e radicaliza-se o processo político muito rapidamente, sem que a guerrilha implique o avanço da luta de massas. Para ele, a luta fica reduzida a um enfrentamento entre grupos e Estado. Esse processo foi um dos motivos da derrota da luta armada, a falta de diálogo com os movimentos de massa, que sempre foi um objetivo em comum das guerrilhas, mas que não foi de fato alcançado.

Como já foi destacado e cabe aqui retomar, para Ridenti (2010) havia variantes entre as propostas dos grupos armados, algumas mais "militaristas" que outras. Por exemplo, grupos como a VAR-Palmares criticavam a "propaganda armada" prescrita pela VPR. Acreditavam que esse tipo de ação corria o risco de tornar-se "propaganda das armas por si só". Já a VPR, em 1970, via na propaganda armada a forma principal de relacionamento com as massas urbanas na primeira fase da revolução. Para isso, contavam com um grupo de imprensa atuando em "fábricas, favelas, escolas e outros focos de conflito". Além disso apostavam na destruição de centrais elétricas para gerar tensão e agitação; e em atentados contra consulados e empresas norte-americanas.

Apesar das divergências entre os grupos da luta armada, esses grupos tiveram uma prática muito semelhante, que podemos aqui padronizar: todos eram tipicamente urbanos, jamais chegaram a se organizar na guerrilha rural e acabaram nas práticas de ações armadas como assaltos e sequestros, que atraíram sobre eles o peso da repressão das cidades. Para Ridenti (2010), com o aumento da repressão os grupos armados, continuaram com suas estratégias iniciais sem se dar conta que estavam se isolando e perdendo apoio da população que se viu massacrada pela censura e pelo AI5, junto com todos os movimentos sociais. A guerrilha urbana não atentou para as mudanças na conjuntura e viu sua ruína e a destruição das organizações guerrilheiras. Por fim, a guerrilha urbana viveu

um distanciamento da implantação da almejada guerrilha rural, as teses sobre o papel das ações armadas urbanas foram deixando de vinculá-las apenas à preparação da guerrilha no campo e se torna uma centralidade momentânea na história da luta armada no Brasil, até meados de 1972, quando se inicia um importante capítulo da história da luta armada brasileira: a guerrilha do Araguaia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo entender a função do estudo de uma das muitas geografias negligenciadas, a luta armada brasileira como um movimento socioespacial de guerrilha urbana de abrangência nacional teve um papel importante que foi esquecido na ciência geográfica: um conflito pautado na relação espaço/poder num dado território de distintos interesses e níveis de poder. A resistência dos grupos de luta revolucionária, metamorfizados ao longo dos anos 1960, levaram a uma luta armada que alterasse o *status quo* de uma sociedade que caminhava para um novo regresso econômico/produtivo, no que se refere à Divisão Territorial e Internacional do Trabalho, ficando ainda mais submissa aos mandos e desmandos do capitalismo estrangeiro, pela propagada falácia da “aproximação perigosa do comunismo no Brasil”.

Pela cidade ser o *locus* produtivo e centro decisório do capitalismo, por mais que houvesse a necessidade em conjunto de uma revolução das massas de trabalhadores urbanos e rurais, foi na cidade que os principais embates e ações das guerrilhas urbanas aconteceram. As principais ações se deram em São Paulo com a ALN e em Guanabara (RJ) com o PCBR. No entanto outras dissidências como no Nordeste e no Sul também existiram. Por viverem na clandestinidade, estas diversas organizações de luta revolucionária muitas vezes agiam de modo fragmentado, o que impedia a ascensão conjunta no cenário nacional. Por conta disso, a luta armada como um movimento socioespacial abrangente partilhava de muitos princípios semelhantes como a retirada de um Estado burocrático-militar para se instaurar um Estado socialista, no entanto as suas ações, de acordo com cada um dos movimentos socioterritoriais que a compunha, eram divergentes.

Assim, é possível notar que a consciência política de que os direitos cidadãos em jogo são de fato disputados por quem tem consciência de sua importância, o que, em meados de 1960, representava uma pequena parcela da população, dificultou a amplitude destes grupos, que atuaram de modo pontual fragmentado e sem coesão; devido as circunstâncias tanto opressoras quanto ideológicas. A esquerda urbana armada brasileira não conseguiu ser eficaz no combate à dita modernização conservadora, no entanto representou a parte mais extrema da oposição política em períodos ditatoriais. A ação deste movimento socioespacial foi sendo limitada pouco a pouco devido aos recorrentes embates com o

regime militar, fazendo-os lutar apenas pela sobrevivência das organizações, o que foi o principal motivo para a sua derrota no embate da época. Contudo, os ideais ficaram, e retornaram de modo distinto, anos depois após o fim do AI-5, com o início do período de abertura democrática.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 21 set. 2021.
- CARLOS, Ana Fani. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTRO, Celso. **A trajetória política de João Goulart**: os militares e o governo João Goulart. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2017. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG. Acesso em: 21 set. 2021.
- CORREA, Roberto Lobato. **O que é o espaço urbano?** São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**: discurso sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **Fatos e imagens**: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 20 set. 2021.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, 2005.
- FERREIRA, Joaquim Câmara. **Marighella**: vida e ação criadoras. 2008. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ferreira/1969/11/marighella.htm>. Acesso em: 21 set. 2021.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **A trajetória política de João Goulart**: as reformas de base. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2017. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_d_e_base. Acesso em: 20 set. 2021.
- FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: [UFRGS], 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 09 out. 2021.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Editora Livraria, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do guerrilheiro urbano**. 2003. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: EdUnesp, 2010.

SILVA, Katielle Susane Nascimento. Contribuição teórica da geografia à compreensão dos movimentos sociais urbanos. **Revista Movimentos e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 1, n. 1, p. 83–98, 2012.

VALENTE, Amanda Matos; SILVA, Luiz Carlos Vieira da. Como o mini manual do Guerrilheiro Urbano foi utilizado pelas guerrilhas urbanas ALN e Baader Meinhof e sua influência para os grupos durante sua atuação. **Revista de Análise Internacional**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 65-86, jun. 2017.

Recebido: maio de 2021.

Aceito: outubro de 2021.